



«Perto da
Europa»

A UE promove melhor acesso para 80 milhões de pessoas com deficiência

3 de dezembro é o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Pessoas anónimas que se cruzam connosco no dia a dia e pessoas como Galileu, Homero, Frida Kahlo, Roosevelt, Sarah Bernhardt, Beethoven...muitos deles grandes génios da nossa Europa.

A maioria das pessoas considera adquirido poder entrar num autocarro para ir às compras, navegar na Internet ou ver uma série na televisão. Mas para os 80 milhões de europeus com uma deficiência - uma em cada seis pessoas na União Europeia - pode haver obstáculos importantes que os impedem de realizar estas atividades. Mais de um terço das pessoas com mais de 75 anos tem deficiências que limitam a sua atividade. Estes números estão destinados a aumentar à medida que a população da UE envelhece progressivamente. A maioria destas pessoas é frequentemente impedida de participar plenamente na sociedade e na economia devido a barreiras físicas ou outras, assim como a discriminação. Menos de 1 em 2 adultos com deficiência estava empregado na EU28 em 2011 - e quase um terço está em risco de pobreza ou exclusão social em 2013. Para as crianças com deficiência e respetivas famílias a qualidade e acessibilidade aos apoios necessários apesar do empenho e profissionalismo da maioria dos profissionais que trabalham nestas áreas, é ainda também deficitária.

Segundo a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia «a União reconhece e respeita o direito das pessoas com deficiência a beneficiarem de medidas destinadas a assegurar a sua autonomia, a sua integração social e profissional e a sua participação na vida da comunidade». A UE e os seus 28 Estados-Membros já se comprometeram a criar uma Europa sem barreiras ao assinarem a CNUDPD - Convenção da Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A estratégia europeia para a deficiência adoptada em 2011 especifica as ações da UE no âmbito da Estratégia Europa 2020 (IP/10/225) bem como as ações propostas no Relatório de 2010 sobre a cidadania europeia (IP/10/1390).

As medidas específicas propostas vão desde o reconhecimento mútuo de cartões nacionais de deficiência e da promoção da normalização até um recurso mais específico aos contratos públicos e às regras de auxílios estatais. Estas medidas produzirão benefícios sociais importantes, mas terão igualmente repercussões na economia europeia. Podem por exemplo, reforçar o mercado da UE de dispositivos e serviços de assistência, que já tem, atualmente, um valor anual estimado superior a 30 mil milhões de euros. Continuam em curso iniciativas legislativas, pareceres para aprovação da Lei europeia da acessibilidade que desenvolva o mercado único dos produtos e serviços acessíveis.

A legislação portuguesa neste particular é positiva e promotora dos direitos das pessoas, mas também existem lacunas e falta de eficácia e operacionalização, bem evidenciada na tremenda dificuldade que milhares de pessoas experimentam no dia-a-dia.

Centro de Informação Europe Direct do Algarve

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento

Regional - CCDR Algarve

Rua do Letes n.º 32, 8000-387 Faro

tel: (+351) 289 895 272

fax: (+351) 289 895 279

europedirect@ccdr-alg.pt

www.ccdr-alg.pt/europedirect

» Até 2020

Algarve vai ter perto de 330 milhões de euros de Fundos Comunitários

Já foi aprovado o pacote financeiro do Programa Operacional do Algarve. A grande prioridade do Algarve até 2020 é desenvolver o tecido económico e alavancar a transferência de conhecimento para a região. O modelo de gestão vai insistir nas parcerias para ultrapassar constrangimentos ao desenvolvimento.

A Comissão Europeia aprovou no passado mês de Dezembro o Programa Operacional do Algarve, para o período 2014-2020 que dá pelo nome «CRESC ALGARVE2020». No total dispõe de uma dotação de 318,6 milhões de euros, dos quais 224,3 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 94,3 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE). Trata-se de um acréscimo de 84% face ao anterior período de programação que vigorou entre 2007 e 2013. Mas para além destes valores estão alocados ao Algarve, 8,6 milhões de euros do PO IEJ (Iniciativa Emprego Jovem).

Prioridade

A Região do Algarve terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, para as empresas e promover um tecido económico responsável, industrializado e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional e valorizar os recursos territoriais.

David Santos, gestor do PO Algarve 21, referindo-se ao novo Programa Operacional para o Algarve explicou que primeiro foi aprovado o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, em 30 de julho. Depois disso a proposta do nosso PO Regional

foi submetida a Bruxelas, tendo-se procedido aos acertos necessários e por fim a Comissão Europeia formalizou a sua aprovação". Para este responsável "este reforço de verbas, é claramente o reconhecimento do trabalho realizado, por todos os atores no território. Recorde-se que pela primeira vez, Municípios, Universidade e as sete principais Associações Empresariais, estabeleceram um protocolo com a CCDR Algarve, no sentido de preparar de forma coordenada os trabalhos deste Quadro de Referência".

Maior esforço de parcerias

Este reforço de verbas, associado

à gestão multifundo, aumenta a responsabilidade da região, em encontrar os modelos de gestão e de parcerias, para a definição das prioridades mais adequadas à realidade e para a superação dos constrangimentos.

Este novo período de programação, em linha com os objetivos da Estratégia Europeia vai reforçar significativamente a aposta nas empresas e na transferência do conhecimento para o mercado, como forma de criar valor acrescentado com base nos recursos endógenos.

O Programa Operacional do Algarve terá como principal porta de entrada o domínio www.algarve.portugal2020.pt.

Fundo JESSICA, com pacote financeiro de 300 milhões nacionais, requalificou núcleo histórico de VRSA

No total o volume de investimento do fundo JESSICA para o desenvolvimento urbano vocacionado para o turismo no concelho de Vila Real de Santo António ascendeu aos 1,5 milhões de euros, tendo sido o financiamento de 976 mil euros, o que corresponde a 70 por cento das despesas elegíveis. O financiamento foi concedido na proporção de 50% por recurso a fundos próprios do Turismo de Portugal, IP e de 50% por recurso a fundos geridos pelo Turismo de Portugal, em representação do Banco Europeu de Investimento, este representa tranche Jessica.

No concelho pombalino este programa potenciou a requalificação do núcleo histórico da cidade, tirando partido da sua crescente atratividade turística, ou seja o exemplo único de arquitetura iluminista a nível europeu, já protegido por um Plano de Pormenor de Salvaguarda, por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana e sobre o qual foi criada uma Área de Reabilitação Urbana. Numa outra ótica, a iniciativa ampliou a apetência comercial e económica do centro histórico de Vila Real de Santo António, desenvolvendo novas abordagens, como é o caso do conceito «Centro Comercial a Céu Aberto».

Com esta medida, a SGU e a autarquia de Vila Real de Santo António pretendeu aumentar a atratividade das áreas comerciais já existentes

no centro histórico, complementando-as com novas abordagens que contribuam ainda mais para a diversificação da oferta junto dos consumidores e visitantes.

3 anos de JESSICA



O núcleo histórico pombalino foi pioneiro na aplicação do JESSICA

O ano de 2014 marcou o terceiro ano completo de implementação efetiva da Iniciativa JESSICA em Portugal, um fundo que conta com 132,5 milhões de Euros de fundos públicos que mobilizaram uma capacidade de financiamento total da reabilitação e regeneração urbana superior a 300 milhões de euros.

O primeiro investimento foi aprovado em meados de 2012, tendo sido sucedido por um conjunto de novos projetos cujo ritmo e dispersão geográfica que se foram acentuando nos últimos meses de 2014. Entre janeiro e novembro de 2014

foram assinados 51 novos contratos de financiamento no valor total de 88 milhões de Euros; mais do que duplicando o montante aplicado nos anos anteriores. Em termos globais, foram financiados investimentos no valor global de 370 milhões de Euros, tendo o financiamento JESSICA contribuído com cerca de 160 milhões. De acordo com a estrutura de financiamento JESSICA, 50%

do financiamento provém das verbas do Fundo, a que acrescem outros 50% mobilizados pelas entidades gestoras de Fundos de Desenvolvimento Urbano (BPI - Banco Português de Investimento, Caixa Geral de Depósitos e Turismo de Portugal).

Por cada euro público, 4,5 euros de investimento

Os financiamentos JESSICA traduzem-se numa alavancagem global superior a 4,5 vezes por cada euro público. Em termos regionais, os financiamentos JESSICA estão distribuídas nas seguintes proporções: 50% das verbas estão aplicadas no Norte, 20% no Centro, 12% em Lisboa, 12% no Alentejo e 7% no do Algarve. Esta alocação regional é proporcional ao contributo de cada região para o Fundo JESSICA Portugal.

Os investimentos financiados abrangem 41 municípios; os seus promotores incluem entidades municipais, sem fins lucrativos e jovens empreendedores, bem como grupos nacionais e internacionais; os setores abrangidos incluem turismo, equipamentos sociais, comércio, saúde, educação, cultura, energia, mobilidade e indústria. Dados recentes dão conta de que terão sido criados cerca de 1700 postos de trabalho diretos através da dinamização do Fundo JESSICA.